

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDEM DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Plenário
 - 4.2 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.923

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 13 de outubro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.924

Declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Congados de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural dos Congados de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 13 de outubro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/10/2021

Às 14h10min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as perspectivas para o Hidrogênio Verde no Brasil, oportunidades e desafios para o crescimento dessa fonte de energia em Minas Gerais. O presidente registra a presença dos seguintes convidados: Sra. Kathleen Garcia Nascimento, subsecretária de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, representando o secretário da pasta; e Srs. Igly Serafim, especialista em Energias Renováveis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos na Embaixada Americana do Brasil; Carlos Henrique Afonso, gerente de Prospecção e Desenvolvimento da Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando o diretor-presidente dessa companhia; Marcelo Ladeira Moreira da Costa, superintendente de Política Minerária, Energética e Logística da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, representando o secretário da pasta; Carlos Augusto Leite Brandão, presidente da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque; Paulo Marcos Martins, engenheiro mecânico de expansão de geração da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando o diretor-presidente dessa companhia; Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, representando a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ronaldo Alexandre Barquette, diretor de Atração de Investimentos do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI –, representando o presidente desse instituto; Andreas Eisfelder, diretor da Siemens Energy Brasil, head of New Energy Business da América Latina; Marcelo Veneroso, CEO na Hytron Energia e Gases / Neuman & Esses Group; José da Costa Carvalho Neto, sócio diretor da D3 Energias Renováveis; Jurandir Picanço Júnior, presidente da Câmara Setorial de Energias Renováveis do Ceará e consultor de energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; Mário Ferreira Campos Filho, presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais; Carlos Alexandre Príncipe Pires, diretor de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Rafael Marques, especialista no Departamento Técnico Regulatório da Absolar, representando o presidente dessa associação. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Gil Pereira, presidente – Virgílio Guimarães – Duarte Bechir.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/10/2021

Às 9h43min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Gustavo Santana, Raul Belém e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Complementar nº 65/2021, de autoria do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 129, de 2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis e o quantitativo de cargos nas carreiras da PCMG. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (21/8/2021 (4), 10 e 23/9/2021); Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (5/8/2021 (2) e 21/8/2021); Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (14/8/2021); Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado da Secretaria de Estado de Governo (21/8/2021); e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão (10/9/2021). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.444/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja disponibilizada, com urgência, uma viatura tipo van para o transporte do Grupo de Intervenção Rápida – GIT – do presídio de Teófilo Otoni, uma vez que o veículo usado pelo grupo pertencia à Secretaria Municipal de Educação, que solicitou sua devolução;

nº 10.446/2021, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que a Delegacia Especializada de Furtos e Roubos investigue o furto de ferro-gusa realizado dos vagões da VLI Logística que está ocorrendo entre os Bairros Calafate e Vila São Paulo, na divisa com o Município de Contagem.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Aline Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Aespol; Lena Tereza de Melo Lapertosa, médica-legista e presidente da Associação de Medicina Legal de Minas Gerais; Silvia Castelo Branco, advogada do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais - Sindepominas; e Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindepominas; e os Srs. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG; Gleisson Mauro de Souza Costa, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol; Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri; Wemerson Silva de Oliveira, assessor da Diretoria do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol, representando José Maria de Paula, presidente; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; e Edson José Pereira, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol. A presidência concede a palavra ao deputado Delegado Heli Grilo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.465/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o possível fechamento do Presídio de Itamarandiba – Pres-ITM-I;

nº 10.470/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater os impactos do desmembramento do Detran da Polícia Civil no atendimento da população nos municípios do interior do Estado, em especial na Região do Vale do Aço, conforme dispõe o Projeto de Lei nº 2.924/2021, de autoria do governador do Estado;

nº 10.475/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.202/2019, que pretende autorizar o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, não obstante essa adesão possa ocasionar um verdadeiro desmonte da administração pública, além de ser perversa para os servidores públicos civis e militares de Minas Gerais;

nº 10.476/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para aumento do efetivo no 12º Batalhão do Corpo de Bombeiro Militar do Município de Patos de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Delegado Heli Grilo.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/10/2021

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 25/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 26/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.823, que altera a Lei nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 27/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.847, que altera a Lei nº 19.095, de 2 de agosto de 2010, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona, e as Leis nºs 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e 15.273, de 29 de julho de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 14 de outubro de 2021, destinada a assinatura de carta de compromisso nacional pela garantia do parto seguro e respeitoso e pela redução da mortalidade materna e neonatal.

Palácio da Inconfidência, 13 de outubro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Lei nº 22.806, de 2017) e as violações do direito humano a alimentação adequada durante a pandemia de covid-19.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Betão, Duarte Bechir e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as atuais condições da empresa Unitec Semicondutores, sua situação financeira e as repercussões dessa situação para o patrimônio público, com a presença do diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Coronel Sandro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Professor Cleiton, Raul Belém e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2021, às 13 horas, em Diamantina, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 2.884/2021, do governador do Estado, que institui as unidades regionais de saneamento básico do Estado e o novo modelo de cobrança tarifária exercido pela Copasa-MG e Copanor e aprovado pela Arsae-MG.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a tecnologia do uso do gás natural para a tração ferroviária.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2021.

João Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.055/2021

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Osvaldo Lopes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação em Defesa da Vida dos Animais São Francisco de Assis – Advasfa –, com sede no Município de Capim Branco, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.055/2021 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação em Defesa da Vida dos Animais São Francisco de Assis, com sede no Município de Capim Branco.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, difundir informações e promover fóruns e debates sobre controle de zoonoses e posse responsável de animais domésticos, além de recolher animais abandonados, promover o tratamento necessário e destiná-los para adoção.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação em Defesa da Vida dos Animais São Francisco de Assis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.055/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2021.

Noraldino Júnior, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/10/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

exonerando Raquel Aparecida Gonçalves da Silva, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Cássia Campos Figueredo, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando Raquel Aparecida Gonçalves da Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas.

TERMO DE CONTRATO Nº 83/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dom Silvério. Objeto: doação de bens inservíveis. Licitação dispensada nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 84/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Câmara Municipal de Conceição dos Ouros. Objeto: doação de bens inservíveis. Licitação dispensada nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2021, na pág. 18, onde se lê:

“Ana Paula de Azevedo”, leia-se:

“Ana Paula de Azevedo de Souza Neto”.

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/10/2021, na pág. 4, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 9.416, onde se lê:

“ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao procurador-geral de Justiça pedido de providências para que o uso de tornozeleira eletrônica não seja banalizado por magistrados, magistradas, procuradores e procuradoras”, leia-se:

“ao procurador-geral de Justiça pedido de providências para que o uso de tornozeleira eletrônica não seja banalizado por procuradores e procuradoras”.